



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Educação**

**REQUERIMENTO**  
**(Da Comissão de Educação)**

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo a ampliação da concessão de bolsas de formação inicial e continuada prevista na Lei nº 11.273, de 2006, para alcançar os demais profissionais da educação básica.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação em anexo, sugerindo a ampliação da concessão de bolsas de formação inicial e continuada prevista na Lei nº 11.273, de 2006, para alcançar os demais profissionais da educação básica.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 2014.

Deputado GLAUBER BRAGA  
Presidente



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Educação**

**INDICAÇÃO Nº                      , DE 2014**  
**(Da Comissão de Educação)**

Sugere a ampliação da concessão de bolsas de formação inicial e continuada prevista na Lei nº 11.273, de 2006, para alcançar os demais profissionais da educação básica.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação:

Em sua reunião do dia 07 de maio de 2014, a Comissão de Educação apreciou o projeto de lei nº 6.477, de 2013, de autoria da Deputada Sandra Rosado, que pretendia ampliar, para os profissionais não docentes da educação básica, o benefício de concessão de bolsas para formação inicial e continuada, previsto para os professores, na Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

A Comissão reconheceu a relevância da medida, voltada para a elevação da qualificação desses profissionais, cuja contribuição é fundamental para a qualidade da educação escolar. Por outro lado, também colheu evidências da existência de política pública implementada pelo Governo federal, voltada para os outros segmentos de educadores que não os professores. É o caso do que se encontra instituído pelo Decreto nº 7.415, de 2010.

Certamente a concessão de bolsas para a formação inicial e continuada desses trabalhadores da educação, todos explicitamente referidos no art. 61 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação



## CÂMARA DOS DEPUTADOS Comissão de Educação

nacional, é tema que merece elevada consideração e estudo das possibilidades de sua implantação.

Tendo em vista o exposto, esta Comissão sugere a Vossa Excelência que determine as necessárias providências para que a viabilidade e o impacto da medida proposta sejam dimensionados. Uma vez assegurada a sua compatibilidade às políticas públicas pertinentes, esta Casa deliberará, com a atenção e a urgência devidas aos educadores, sobre iniciativa legislativa que o Poder Executivo decidir encaminhar sobre o assunto.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 2014.

Deputado GLAUBER BRAGA  
Presidente